

A COLONIZAÇÃO AÇORIANA NO RIO GRANDE DO SUL (1752-63)*

LUIZ HENRIQUE TORRES**

RESUMO

Fundamentação básica da emigração açoriana para o Rio Grande do Sul, destacando as motivações, a normatização para os emigrados, a viagem marítima e o povoamento açoriano da Vila do Rio Grande de São Pedro no período de 1752-63.

PALAVRAS-CHAVE: colonização açoriana; Rio Grande; Rio Grande do Sul; história colonial.

1 – INTRODUÇÃO

O ano de 1752 é o referencial cronológico que assinala o desencadear da imigração açoriana para o Rio Grande do Sul, a partir de sua chegada ao porto do Rio Grande de São Pedro.¹ Em anos anteriores, açorianos já desembarcaram no cais da então Vila do Rio Grande, porém a política dos casais se configurou em 1752 com a chegada de grande número de ilhéus. Este capítulo épico no povoamento do Rio Grande do Sul acarretou o surgimento de várias cidades gaúchas e a difusão de hábitos alimentares, de linguajar, de práticas agrícolas, de adaptações arquitetônicas, etc, expressos nas singularidades da cultura luso-açoriana.

Na Vila do Rio Grande de São Pedro, assim denominada administrativamente a partir de 1751,² os açorianos tiveram um papel colonizatório essencial para o seu desenvolvimento urbano, demográfico

* Resultados parciais do projeto *250 anos da Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*.

** Professor do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG.

¹ Pesquisadores como Vera Lucia Maciel Barroso (*Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 11) e Maria Luiza Bertolini Queiroz (*A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: FURG, 1987) indicam o ano de 1752 como referencial da presença açoriana no Rio Grande do Sul. Mesmo que anteriormente casais açorianos já tivessem se deslocado de Santa Catarina até a Vila do Rio Grande, é nesse ano que os indicadores demográficos mostram uma entrada maciça dos ilhéus.

² Ver: TORRES, 2001.

e econômico. Serão analisados, de forma preliminar, as motivações, esperanças e decepções do movimento colonizador açoriano especialmente na atual cidade do Rio Grande no período de cerca de uma década, entre 1752 e 1763. Portanto são os primórdios de um povoamento que se difundiu e marcou a formação e povoamento de muitas localidades do Rio Grande do Sul a partir do período colonial.

2 – O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Portugal está dividido geográfica e administrativamente em parte Insular (arquipélago da Madeira e dos Açores no Oceano Atlântico) e parte Continental, situada em território europeu. O arquipélago dos Açores localiza-se no Atlântico Norte, estando dividido em três grupos de ilhas: grupo Oriental, constituída por Santa Maria e São Miguel; grupo Central, constituído pelas ilhas Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Graciosa; e o grupo Ocidental, formado pelas ilhas Flores e Corvo. Atualmente, o território possuiu uma área de aproximadamente 2.333km². A Ilha de São Miguel é a de maior área, com 750km², seguida da terceira, com 500km²; a menor é a do Corvo, com 15km².

Os Açores estão distantes 800 milhas da costa de Portugal, estando sob o domínio português desde 1432. O arquipélago foi historicamente povoado por descendentes de portugueses e flamengos (Flandres e Bélgica). O clima dos Açores é temperado marítimo e com intensa umidade relativa do ar. A situação geográfica do arquipélago, isolado no Oceano Atlântico e com fenômenos vulcânicos, fez com que os ilhéus estivessem voltados para o mar; ao mesmo tempo que impôs a solidão, despertou a criatividade para a sobrevivência nas limitações do espaço através da expressão cultural. O Oceano acabou sendo a fronteira da expansão agrícola que instigou a expectativa de dias melhores e de fartura em terras que o homem tornaria produtivas pelo trabalho.³

3 – ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO

O Rio Grande do Sul luso-brasileiro da primeira metade do século XVIII se restringia a poucos núcleos populacionais, cujo centro estava na Comandância do Presídio do Rio Grande de São Pedro, centro administrativo e militar que demarcava efetivamente a orientação da diplomacia portuguesa em garantir o domínio sobre o atual Rio Grande do Sul. Grande parte do espaço almejado, o centro e o noroeste, estava

³ VIEIRA; RANGEL, 1988, p. 184.

sob o controle da Coroa Espanhola com o projeto civilizatório jesuítico-guarani das Missões, constituída por sete cidades e amplas estâncias missioneiras para a criação do gado. Os portugueses buscavam o controle do litoral e sul, com as fortificações em Rio Grande e também na direção da atual fronteira com o Uruguai (Forte de São Miguel), buscando a ligação com a Colônia do Sacramento do Rio da Prata. Nos quadros do *uti possidetis*, a legitimação do direito de posse através do efetivo povoamento dos territórios almejados, os açorianos foram vistos como os potenciais desbravadores a ocuparem os espaços deixados pelas ações diplomáticas e bélicas lusitana. Com o Tratado de Madri de 1750, a necessidade de povoamento da região missioneira a ser abandonada pelos guaranis intensificou a busca de um efetivo povoamento pelos açorianos nesta região litigiosa. Por uma série de fatores históricos, isto não acabou se efetivando, porém, a participação populacional açoriana fez surgir vários povoamentos e o desenvolvimento de atividades econômicas essenciais ao longo do século XVIII. O Tratado de Madri estabeleceu, como condição para a vigência de uma paz definitiva entre Portugal e Espanha, que a Colônia do Sacramento passasse à Coroa castelhana, e que, em troca, entregava à soberania portuguesa o território ao Norte do Ibicuí, onde estavam as Missões Jesuítico-guaranis. Para demarcar a linha de fronteiras, regressou ao Rio Grande o Governador e Capitão General do Rio de Janeiro e Minas, Gomes Freire de Andrade; na qualidade de embaixador e representante de Portugal e chefe supremo da Comissão Demarcadora, sendo, com iguais títulos, representante de Espanha, o Marquês de Val de Lyrios.

Já em consulta datada de 26 de agosto de 1738, o Conselho Ultramarino português dirigiu-se ao rei, sugerindo que casais das ilhas fossem enviados ao Presídio do Rio Grande de São Pedro: (...) visto se achar estabelecida a fortificação do Rio Grande de São Pedro que V. Majestade se sirva querer tomar a última resolução nas consultas que o Conselho tem posto na real presença de V. Majestade para os transportes dos casais das Ilhas para o mesmo estabelecimento, porque só por este meio se poderá evitar a grande despesa que precisamente se há de fazer com os transportes dos mantimentos do Rio de Janeiro por falta de cultivadores que naquelas vastíssimas terras os fabriquem, além de ficarem, estes, também igualmente servindo para a sua necessária defesa, e ser do interesse do Estado acrescentarem-se o número de povoadores, o que para crescer consideravelmente as rendas reais do mesmo Estado, assim nos dizimos das terras que cultivarem como também nos direitos das alfândegas dos gêneros a que precisamente não de dar consumo, matéria esta que se faz digna da

alta e grande compreensão de V. Majestade."⁴

Apesar de migrarem para promoverem o desenvolvimento de atividades agrícolas, as quais, por exemplo, foram implementadas inclusive com o plantio do trigo, os açorianos foram, ao longo das décadas, transformando-se de colonos agricultores em fazendeiros-criadores. Os primeiros estancieiros do Rio Grande do Sul, cuja distribuição de sesmarias teve início oficial em 1732, procediam de Laguna e também da Colônia do Sacramento e, a partir da década de 1750, os açorianos passam a ocupar estes espaços.

O aspecto mais destacado que impulsionou a colonização açoriana no Sul do Brasil deveu-se à pressão demográfica e à concentração territorial, associada a um fraco crescimento econômico das ilhas. Além disso, o arquipélago foi assolado por vulcanismo, abalos sísmicos e cataclismas que deixaram apreensiva a população.

4 – NORMAS PARA OS EMIGRANTES

O governo de Portugal acompanhava as aspirações dos ilhéus e, através do Conselho Ultramarino, definia as estratégias geopolíticas para a expansão territorial e populacional do Império ultramarino lusitano. Em 31 de agosto de 1746, foi publicado, nas Ilhas dos Açores, um edital⁵ que abria inscrições para os casais que almejassem transferir-se para o Brasil. Por esse documento, o Rei acenava com uma série de privilégios e regalias aos que quisessem lançar-se na aventura da imigração. Entre esses privilégios, incluía-se o transporte até o local de origem por conta da Fazenda Real. O critério básico para inscrição era uma idade limite de 40 anos para os homens, e de 30, para as mulheres.

Quando desembarcassem no Brasil, as mulheres que tivessem idade superior a 12 anos e inferior a 20, casadas ou solteiras, receberiam uma ajuda de custo individual de 2\$400 réis. Os casais receberiam 1\$000 por cada filho. Os artífices receberiam 7\$200 de ajuda. Ao chegarem ao local de povoamento, receberiam "uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com uma lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua".

⁴ Ver coleção de documentos de José da Silva Paes (1949).

⁵ Registro do edital que Sua Majestade mandou imprimir para os moradores das Ilhas dos Açores e casais, e todos os mais que se quisessem alistar para povoadores deste estabelecimento e Santa Catarina. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1877, t. 40, l, p. 217.

Enquanto preparavam as terras para o cultivo agrícola, esperando as primeiras colheitas, seriam sustentados pela Fazenda Real. No primeiro ano, conforme o edital: "se lhes dará a farinha que se entende basta para o sustento, que são três quartas de alqueire de terra por mês para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres, mas não às crianças que não tiverem sete anos; e, aos que tiverem até quatorze, se lhes dará quarta e meia para cada mês". O edital prometia isenção do serviço militar para os homens. Cada casal deveria receber uma *data de terra* de um quarto de légua quadrado, ou seja, 272 hectares. No caso de uma família ser muito numerosa e necessitar de maior quantidade de terras para cultivar, poderiam fazer a solicitação. O edital ainda previa a vinda de casais de estrangeiros, desde que não pertencessem a outras nações que tivessem domínios na América. Para melhor disciplinar o assunto, a Coroa resolveu estabelecer em 4.000 o número máximo de casais que deviam ser transportados; e para facilitar, bem como ordenar o referido transporte, arrematou-se a Feliciano Velho Oldenberg, que no ano seguinte desembarcava no Rio de Janeiro os primeiros contingentes. O único critério de seleção era o limite de idade e a prática da religião católica. Dadas estas providências, outro documento disciplinou o seu estabelecimento no Brasil. Por este documento, se vê que os casais deveriam ser fixados em número de 60 nas terras devolutas de cada localidade, onde se fazia a distribuição das *datas*. Entre as *datas* assim distribuídas, deveria destinar-se uma légua quadrada para logradouro público. Nele, deveria ser assinalado o quadrado da praça, que seria de quinhentos palmos de face, e num dos lados deveria edificar a Igreja. Como se vê, trata-se do planejamento de núcleos habitacionais que seriam as futuras vilas ou cidades do Brasil Colonial.

Cultivadores de trigo, de cevada, de legumes, de vinho, de frutas, de hortaliças, criadores de ovelhas e de gado, agricultores, os açorianos eram pequenos agricultores ou pequenos proprietários. Agricultores de tradição, entre eles, os homens se distinguiam quase que exclusivamente pela sua maior ou menor riqueza agrícola. A opulência era avaliada pela quantidade de trigo que recebiam dos seus reideiros. No Sul do Brasil, a formação pecuarista definia a riqueza num mercado fundado no gado, e que teve como referência histórica o território da antiga Colônia do Sacramento do Rio da Prata, cuja economia baseava-se na criação de gado e aproveitamento e comércio de couros. Dessa atividade econômica, participavam os portugueses da Colônia do Sacramento, espanhóis de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes. Em 1695, o porto do Rio de Janeiro exportava 5.000 couros de procedência platina e sul-rio-grandense, o que mostra a importância deste comércio,

que atrairia também os açorianos, além dos lagunenses e paulistas que motivaram a valorização econômica e a integração do Rio Grande do Sul a partir da rota Sacramento-São Paulo.

Os conflitos entre espanhóis e portugueses pela posse da Colônia do Sacramento determinaram a ocupação do território Rio-grandense, cujo valor econômico foi destacado pelo brigadeiro José da Silva Paes: "Ainda não se sabe lá dos grandes e fertilíssimos campos debaixo de seus domínios desde o Rio Grande e Serra de São Miguel a Passo de Chuí..." A defesa da Colônia do Sacramento tornava onerosas as ações militares lusitanas. Era necessário ocupar a área almejada para edificar uma barreira à expansão espanhola. Neste contexto, surge a iniciativa de promover o povoamento com ilhéus.⁶

⁶ Para **José Feliciano Pinheiro** "... anuindo o soberano às representações dos habitantes das ilhas do Açores e Madeira para aliviá-las da sobeja população que ali gorgulhava, decretou que se transportassem para este país, à custa da real fazenda, até quatro mil casais, ainda que estrangeiros fossem, contanto que professassem a religião católica romana, principiando a introdução pela ilha de Santa Catarina, e continente imediato; arrematou o transporte Feliciano Velho de Oldemberg com vinte e quatro condições, concernentes ao cômodo e agasalho deles até os lugares do seu destino; debaixo das cláusulas, que os homens não seriam de mais de quarenta anos de idade, e as mulheres de mais de trinta; que logo que desembarcassem no Brasil, a cada mulher que fosse de mais de doze anos de idade e de menos de vinte e cinco, casada ou solteira, se dariam dois mil e quatrocentos réis de ajuda de custo, e aos casais, que levassem filhos, mil réis cada um para ajudar a vesti-los; que chegando aos sítios designados para sua habitação se daria a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra, lima e travadeira, dois alqueires de sementes, duas vacas, uma égua, e no primeiro ano se lhes daria a farinha, que se entendesse bastante para o sustento, que vinha a ser três quartas do alqueire da terra por mês para cada pessoa, assim homens como mulheres, mas não às crianças, que ainda não contassem sete anos e às que tivessem até quatorze anos, se assistiria com quarta e meia por mês; que os homens, que passassem por conta de Sua Majestade, ficariam isentos de servir na tropa paga, contanto que dentro em dois anos se estabelecessem onde se lhes destinasse, e se concederia a cada casal um quarto de légua em quadra para principiar sua cultura, sem que pelo título desta data se exijam direitos ou emolumento algum, e quando pelo tempo adiante aumentem de família com que possam cultivar mais terreno, o pediriam ao governador do distrito que lho concederá na forma das ordens sobre esta matéria. As mesmas conveniências e vantagens se estendiam aos casais, naturais das ilhas, que quisessem vir de Portugal, por ali já se acharem, e aos casais estrangeiros, que não fossem vassallos de soberanos, que tivessem domínios na América, aos quais pudessem passar-se, dando aos que fossem artífices uma ajuda de custo, segundo o grau de perícia, não excedendo de 7.200 réis a cada um; que, no primeiro ano da chegada, se assistiria com medicamentos aos casais doentes; que pelos filhos dos assim transmigrados, que casassem dentro do ano, se repartiria a mesma mencionada quantidade de ferramentas, armas, sementes e terra de cultura; que aos novos povoadores destas paragens fazia Sua Majestade mercê pelos primeiros cinco anos da sua chegada de isentá-los de todo tributo, à exceção dos dízimos; que distribuídos em arranchamentos ou povoações de sessenta casais, pouco mais ou menos, delineando a largura das ruas, praça e logradouro público, se prevenia para que

O documento oficial disciplinador dos núcleos de povoadores refere-se a povoados de 60 casais como número ideal para povoamento, porém, o deslocamento dependia da disponibilidade de transporte marítimo para o envio, conduzindo números diferenciados de casais que começam a chegar em grande número ao porto do Rio Grande, a partir de 1752. Um documento enviado junto com o ofício de 22 de setembro de 1780, do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa para o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, traz o nome dos primeiros colonizadores:

"Relação dos primeiros casais e filhos dos ditos que foram para o Rio Grande na Sumaca N. Sra. da Conceição, Santo Antônio e Almas, de que é mestre José Joaquim de Freitas Lisboa.

1. José Rodrigues e sua mulher Ana Jacinta. Filhos: Manuel, Maria, Ana e Rosa.
2. João Duarte e sua mulher Teresa Maria. Filhos: Manuel, José, Antônio, João, Maria, Teresa e Catarina.

Cada um destes cabeças de casal recebeu uma enxada, uma espingarda, uma serra, uma foice, um machado, uma picareta, uma enxó, uma fechadura e um martelo.

Casais que ficaram para ir na primeira ocasião que se oferecer:

1. Jorge da Serra e sua mulher Josefa Teresa. Filhos: Francisca, Antônia, José, Ana e Maria.
2. Manuel Francisco e sua mulher Maria Rosa. Filhos: José, Manuel, Maria, Ana e Rosa.
3. José Antônio e sua mulher Rosa Clara. Filhos: Francisca, Antônio, Catarina e Maria.
4. Antônio Inácio da Silveira e sua mulher Maria Jacinta. Filhos: Manuel, Diogo, Mariano, Antônia.
5. João Francisco de Sousa e sua mulher Genoveva Inácia. Filhos: José, Manuel, Clara, Teresa, Mariana e Mariana Rosa, cunhada dos ditos.

lhes faltasse o pasto espiritual e sacramentos, que se erigissem igrejas com suficiente capacidade e se nomeassem para cada uma delas vigários com a cõngrua de sessenta mil réis, e um quarto de légua em quadro para passal da sua igreja, etc. Mandou El-Rei escrever ao Provincial da Companhia de Jesus para que enviasse àquelas terras dois missionários; e ao bispo de São Paulo, a quem então obedecia no espiritual todo aquele território, avisou, pela Mesa de consciência e Ordens, que provesse cada igreja destas de um vigário, ao qual no primeiro ano se assistiria com o sustento, e mais cômodos da vida, como aos outros colonos, que findo o contrato atual da comarca de São Paulo, no qual se incluem os dízimos daquele distrito do Sul, se faça ramo à parte, pertencendo a arrecadação do rendimento à provedoria do Rio de Janeiro, para dele se pagarem as cõngruas dos vigários e missionários". PINHEIRO, 1982, p. 71-72.

6. Antônio Alvarnás, solteiro".⁷

5 – A VIAGEM

O deslocamento dos açorianos das Ilhas para o Brasil envolveu as normas oficiais da Coroa Portuguesa, o transporte marítimo e as difíceis condições de sobrevivência durante a viagem. A travessia marítima pelo Atlântico no século 18 era demorada, e com riscos consideráveis à saúde dos passageiros. Antecedendo a migração alemã e italiana do século 19, os açorianos sofreram de forma ainda mais dramática as dificuldades de deslocamento até a terra da promessa: o Brasil.

O primeiro empresário responsável pelo transporte dos açorianos, o contratador de tabacos Feliciano Velho Oldenberg, recebeu do rei de Portugal a autorização para comerciar livremente, no Brasil em troca do transporte gratuito de um casal de açorianos para cada cem toneladas de carga transportada. A participação de Oldenberg foi muito criticada, inclusive pelas autoridades, devido às péssimas condições do transporte e pelo grande número de mortos e doentes durante a viagem.

Para Miguel Frederico do Espírito Santo⁸, a viagem, que levava de dois a três meses, era extremamente penosa, não discrepando das viagens comuns do século 18. A falta de higiene tornava precária a convivência a bordo do navio. Não havia o hábito do banho, e no navio não havia água disponível para este fim. Como os passageiros não mudavam a roupa, o cheiro a suor e a sujeira acumulavam-se. O local onde dormiam, mesmo sendo diariamente lavado, não chegava a secar, fazendo com que a umidade aumentasse a pestilência do ar. "O transcurso era extremamente penoso. O ambiente no barco era promíscuo, os alimentos eram escassos, a higiene era deficiente, e a água apodrecia poucos dias depois de começada a viagem. A maior parte dos passageiros adoecia: febres, infecções intestinais, pneumonias, crises de fígado, escorbuto. A mortalidade era grande. Os corpos eram jogados ao mar. O escorbuto, ou mal de Luanda, era o que mais estrago gerava, provinha da carência de vitamina C, e era caracterizado por hemorragias".

Conforme o historiador Henrique Wiedersphan, o Regimento Régio de 5 de agosto de 1747 buscava garantir a ordem nos navios e promoveu o isolamento das mulheres do contato com os demais

⁷ Correspondência com o governador do Continente do Rio Grande. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 104, v. 2. In: SANTOS, 1984, p. 25.

⁸ ESPÍRITO SANTO, 1993, p. 21.

passageiros. "O Regimento chegara a impor um regime de verdadeiro enjaulamento, como se as mulheres estivessem em prisões, recebendo seus alimentos através de postigos, etc. Somente o cirurgião e o capelão podiam penetrar nos alojamentos delas, que aí viajavam com seus filhos menores, e, assim mesmo, apenas para tratá-las ou para sacramentá-las, tudo na presença obrigatória do comandante do navio. Permitia-se também falassem com elas os respectivos maridos, filhos e irmãos, embora apenas a hora da refeição principal, e sem se achegarem muito delas".⁹

Na interpretação do historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral, as mulheres eram as maiores penalizadas durante as viagens. Segundo ele, "quando nos dias santificados celebrasse o capelão, poderiam as mulheres sair a ouvir missa ao pé do altar, passando, na ida e na volta, entre alas de guardas armados que as separavam do resto dos homens, colonos e tripulantes. Durante os ofícios, ficavam à frente, separadas sempre pela dita guarda, e, acabada a cerimônia, regressavam à prisão, na qual se sujeitavam à disciplina imposta por duas dentre todas, de maior graduação e capacidade". Os alojamentos eram mal arejados e superlotados, e os espaços destinados às mulheres eram minúsculos, "não se pode permitir nem ao menos o pensamento de estas câmaras, em que as pobres mulheres faziam a travessia, com raríssimas e rapidíssimas saídas, pudessem oferecer, para amenizar todo o rigor do isolamento, qualquer sombra de conforto. Os melhores cômodos eram para as pessoas de qualidade e para os capelões. Se algum homem ousasse dirigir-se a qualquer das mulheres, sem as imunidades do parentesco, arriscava-se a ter diminuída a sua ração, com prisão na casa da bomba – que não havia de ser muito confortável –, ou a ser metido a ferros por tempo variável, de acordo com a gravidade da transgressão".¹⁰

Ainda segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, "não é de admirar, com semelhantes disposições, que a viagem se transformasse num verdadeiro tormento, principalmente para as mulheres e para as crianças que lhes faziam companhia, as quais, não poucas, não puderam resistir, adoecendo e morrendo durante os meses da travessia". Infelizmente, "muitos dos que abandonaram as ilhas na esperança de melhores dias no Brasil desejado, foram sendo sepultados nas águas do Atlântico, com os seus sonhos e com as suas ilusões. E os que resistiram chegaram ao seu destino como verdadeiros espectros". Com a deterioração da água após poucos dias e com a

⁹ WIEDERSPHAN, 1979, p. 21.

¹⁰ CABRAL, 1950, p. 503-608.

alimentação "exclusivamente composta de gêneros em conserva, pobre de víveres frescos, começassem já os viajantes a sofrer as conseqüências, com o aparecimento das mais variadas afecções. Na promiscuidade dos alojamentos, as afecções iam passando de uns para os outros. Surgia a parasitose. Surgiam as disenterias. E, com o decorrer dos dias, quando a viagem se adiantava, em meio do caminho entre o céu e o mar, aparecia o pior: o mal de Luanda".

O pesquisador da temática açoriana João Borges Fortes, no livro *Casais*, relatou que, em 1750, Francisco de Souza Fagundes substituíra Feliciano Velho Oldenberg no transporte dos açorianos ao Brasil. Porém, o tratamento não melhorou. Um navio levava até três meses de viagem até à Ilha de Santa Catarina, e, quando nesta chegava, "eram doentes, mortos e moribundos no meio de um montão de estropiados que desembarcavam, num desfile tétrico ante o povo e autoridades". Manuel Escudeiro de Souza, governador da Ilha de Santa Catarina, fez um relato ao rei sobre um desembarque dos migrantes. "Três navios haviam chegado com pouca diferença um do outro. O último aportou no dia 20 de janeiro (1750), trazendo mortos 10 adultos e dezesseis crianças, outros morreram ao desembarcar, e 130 se recolheram doentes a dois hospitais, com malignas e correição escorbútica."

Borges Fortes também se refere à desgraça que atingiu duas outras embarcações: "A 23 e 25 de maio desse terrível ano de 1753, ocorreu o doloroso naufrágio de duas sumacas carregadas de famílias açorianas que se encaminhavam para o Sul. O trágico acontecimento deu-se na barra Sul de Santa Catarina, na ponta da Ilha, que desse fatal sucesso recebeu o nome sinistro de Ponta dos Naufragados. Dos infelizes naufragos, só se salvaram 77 pessoas, que tudo perderam do que lhes pertencia, tendo de recorrer à bondade de seus semelhantes e do governo local, sendo todos de manifesta generosidade para com os desgraçados. Desses 77 salvos, poucos foram para o Rio Grande, a maior parte preferiu estabelecer-se na Vila Nova da Laguna, hoje cidade de Imituba. Temos portanto, positivamente, que, até o ano de 1753, a estatística de 278 casais entrados no Rio Grande não sofreu oscilação sensível, portanto os desastres marítimos não permitiram acrescentar o saldo das remessas".¹¹

Constata-se que a viagem era o primeiro grande desafio a ser vencido. Tanto na rota Açores-Santa Catarina quanto na viagem em embarcações menores para Rio Grande. Desafio que seria acrescido de outros, ligados a posse da terra, à produção agrícola, à adaptação

¹¹ BORGES FORTES, 1978, p. 63-64.

sociocultural e a sobrevivência destes colonos açorianos no Brasil.¹²

6 – AÇORIANOS NA VILA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1752 - 1763)

Desde janeiro de 1748, os casais açorianos começaram a desembarcar no porto do Desterro em Santa Catarina, porém, à Vila do Rio Grande de São Pedro eles só chegaram na década seguinte. Em setembro de 1749, um espião espanhol esteve observando a Vila, e constatou que nenhuma família havia chegado à ocupação portuguesa. A expectativa da vinda dos casais açoriana está contextualizada nas tratativas do Tratado de Madri, assinado em janeiro de 1750, quando a efetiva ocupação das terras, o *uti possidetis*, era o desafio que a Coroa de Portugal buscou enfrentar com um povoamento planejado com os ilhéus. A consolidação dos portos do Desterro, na Ilha de Santa Catarina, e do Rio Grande, no canal do Rio Grande de São Pedro, garantia o controle do litoral meridional, propiciando a expansão colonizatória lusa em direção ao oeste, a almejada região ocupada pelas Missões Jesuítico-Guaranis.

A vinda de casais açorianos para Rio Grande já estava ventilada em documento da Coroa portuguesa (1735), o qual permitia que "em cada navio que partisse das Ilhas dos Açores para o Brasil se enviasse cinco casais para os presídios da Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro". Portanto, antes da efetivação da ocupação do canal sul, a Coroa já incentivava o povoamento açoriano. A pressão para efetivação de uma sistemática migração foi feita nas Ilhas pelos açorianos, especialmente a partir de 1746. O contrato com o empresário responsável pelo transporte, Feliciano Velho Oldenberg, foi assinado em

¹² "Os casais açorianos foram trazidos para povoarem a capitania, e fundaram uma agricultura intensiva, sendo arranchados em regiões que determinaram quase sempre o nascimento de cidades ou foram colocados ao redor de incipientes centros urbanos, como em Rio Pardo e Rio Grande. Vieram diretamente do arquipélago, da Colônia do Sacramento e de Santa Catarina, o que precisa ser distinguido. Mas encontram logo na pecuária uma atração lucrativa melhor do que na agricultura, pois as safras de trigo, que eram as principais, nem sempre correspondiam ao sacrifício que faziam. Não se afirme que todo o ilhéu se transformasse em fazendeiro, entretanto, lutou para o conseguir. Jerônimo Machado da Silveira, da ilha do Fayal, era fazendeiro na margem do Jacuí, como os açorianos João Pereira d'Águeda, Mateus Simões Pires e Manoel Gonçalves Mancebo, todos com sesmarias no Rio Pardo. É certo que os açorianos, como casais de número, quando chegaram não receberam as sesmarias, mas sim datas de terras que era, apenas, de 272 hectares quando a sesmaria tinha 13.010 hectares. Visando-se a agricultura, trataram as autoridades de organizar e dividir a propriedade, entretanto, a gente açoriana foi, com o decorrer do tempo, também o estancieiro da campanha gaúcha". LAYTANO, 1983, p. 21-22.

1747, na expectativa de transportar 1.000 pessoas até a Ilha de Santa Catarina. Outro empresário foi Francisco de Souza Fagundes, que, entre 1749 e 1754, foi responsável pelo transporte de ilhéus, os quais, segundo Walter Piazza, totalizaram aproximadamente 6.071 pessoas que chegaram até a Ilha de Santa Catarina.

O deslocamento para Rio Grande ainda dependia, segundo o governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro, em "selecionar aqueles que ainda estivessem em condições de poder suportar um acréscimo de vários dias aos que já traziam de viagem", e também em "conseguir embarcações de pequeno calado capazes de transpor o porto do Rio Grande". O Conselho Ultramarino instruiu para que "todas as embarcações que se destinassem ao Rio Grande fizessem escala em Santa Catarina, para transportar os casais em condições". Esse transporte assistemático e possivelmente em grupos reduzidos dificulta uma conclusão de quantos casais vieram para Rio Grande. Conforme a historiadora Maria Luiza Queiróz,¹³ o primeiro assentamento de casais na Vila remonta a 22 de novembro de 1750, indicando uma pequena entrada neste ano.

Para Queiróz, a Vila do Rio Grande foi a porta de entrada da corrente açoriana que se deslocou da Ilha de Santa Catarina para o continente do Rio Grande. Atendendo ao objetivo principal de sua imigração, os casais deveriam ser deslocados em grupos para o interior, e lá aguardar a ocasião para ocupar a região das Missões. Entretanto, a resistência indígena, já a partir de 1753, e a conseqüente Guerra Guaranítica, que se estendeu até 1756, tornaram impossível a concretização desses planos e determinaram a permanência da quase totalidade do contingente açoriano na própria Vila do Rio Grande. É provável que, entre 1752 e 1754, grupos de casais tenham apenas passado pela Vila, seguindo logo para o interior; nessa época, Gomes Freire fortificava três áreas, estrategicamente, importantes para manter acesso à região a ser incorporada; Santo Amaro, onde estabeleceu os armazéns de abastecimento do Exército, Rio Pardo, onde erguera o Forte de Jesus-Maria-José para garantir aquela fronteira, e o porto do Arraial de Viamão, base de manutenção dos outros dois pontos. Os historiadores João Borges Fortes e Oswaldo Cabral apontam o mês de abril de 1752 como a referência para a vinda dos casais açorianos de Santa Catarina. Mesmo que esporadicamente tenham chegado desde 1750, é neste ano que a presença açoriana é quantitativa nos dados demográficos da Vila do Rio Grande. O impulso da colonização açoriana está demarcado no ano de 1752, o que pode ser constatado nos

¹³ QUEIROZ, 1987, p. 91ss.

batizados da população livre açoriana, que, em 1751, foi quatro registros, e, em 1752, passou para 42 registros.

Queiroz acentua que a importância da imigração açoriana para a Vila do Rio Grande, em termos demográficos, foi excepcional. Ela representou um acréscimo, em menos de cinco anos, de pelo menos 1.273 pessoas adultas brancas, a uma população que, incluindo todos os grupos raciais, na metade da década anterior, teria 1.400 almas. De imediato, estabeleceu-se um predomínio numérico do grupo sobre a população branca da vila, e, possivelmente, também sobre o conjunto da população livre. A historiadora também destacou que a produção açoriana foi fundamental para afastar da Vila o espectro da fome, que a rondava desde a sua fundação. A população já não dependia apenas da carne e da importação de farinha para sobreviver, e podia contar com hortaliças, legumes e frutas que eram produzidos para o consumo interno. Como bem salientou Borges Fortes, "só a Vila do Rio Grande tinha se beneficiado com a esplêndida sementeira que ali ficara retida". Na verdade, esses eram os resultados esperados pela Coroa ao promover a imigração açoriana para o sul do Brasil, e certamente mais amplos teriam sido se as terras, animais e implementos tivessem sido distribuídos na forma proposta.

Em relação ao lugar social dos açorianos na Vila do Rio Grande, Queiroz observa que o insignificante número de famílias açorianas que se tornaram proprietárias de escravos até abril de 1763 (invasão espanhola) significa claramente que, nesta fase, a mão-de-obra básica das pequenas propriedades – as chácaras ou sítios –, que os casais açorianos partilharam com tios, primos, sogros, e outros casais, foi essencialmente livre, branca, açoriana; os açorianos constituíram a autêntica classe camponesa da sociedade rio-grandina deste período.

De acentuada relevância foi o povoamento da Vila do Rio Grande de São Pedro, pelo contingente açoriano até 1763. Porém, em outras localidades do Rio Grande do Sul, os açorianos ficaram abandonados do apoio estatal prometido. O drama épico da saída das ilhas e chegada ao Brasil persistiu nas décadas posteriores a sua chegada. O assentamento previsto na Provisão de 9 de agosto de 1747 foi protelado por décadas. Portugal, neste período, estava com a balança comercial deficitária. A ocupação do território missioneiro, a partir do previsto no Tratado de Madrid, frustrou as expectativas dos casais, pois a área continuou sobre controle da Coroa Espanhola. A economia mineradora no Brasil colonial apresentava queda na produção, e a cotação internacional do açúcar era baixa. Os custos de manutenção das tropas e a reconstrução de Lisboa, que fora destruída pelo terremoto e maremoto de 1755, deixou deficitário o Erário Régio lusitano. Uma situação metropolitana e ultramarina

complexa em que a colonização açoriana inseriu-se e que os colonos sentiram severamente os efeitos, inclusive com a dominação espanhola na Vila do Rio Grande. Após a retomada lusitana e expulsão espanhola, durante os governos do brigadeiro Marcelino de Figueiredo (1769-1780) e do brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral e Câmara (1780-1801), é que o povoamento açoriano, que já havia difundido-se, passou a ser organizado com legalização de terras em núcleos como Porto Alegre, Viamão, Osório, Mostardas, Santo Amaro, Cachoeira, etc. Novas conjunturas e perspectivas abriam-se aos colonizadores dos Açores nas duas últimas décadas do século XVIII. Após a viagem marítima, o drama do abandono e do conflito com os espanhóis, novos desafios aguardavam os colonizadores açorianos nos primórdios do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Vera Lucia Maciel. *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002.

_____. (org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993.

BORGES FORTES, João. *Os casais açorianos: presença lusa na formação sul-riograndense*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

BUNSE, Heinrich. *São José do Norte: aspectos lingüístico-etnográficos do antigo município*. Porto Alegre: IEL, 1983.

CABRAL, Oswaldo. Os açorianos. In: *Anais do 1º Congresso de História Catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, v. 2, 1950, p. 503-608.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1980.

COLEÇÃO DE DOCUMENTOS DE JOSÉ DA SILVA PAES. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRS, 1949.

ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do. Açorianos no Sul do Brasil: da prata de Potosi ao ouro das Gerais. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993.

LAYTANO, Dante. *Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 21-22.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Açorianos para o Sul do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRS, 1998.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertolini. *A vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

TORRES, Luiz Henrique. *Câmara Municipal do Rio Grande – berço do parlamento gaúcho*. Rio Grande: Salisgraf, 2001.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; RANGEL, Susana Salum. *Planície costeira do Rio Grande do Sul: geografia física, vegetação e dinâmica sócio-demográfica*. Porto Alegre: Sagra, 1988.

WIEDERSPHAN, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1979.